

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA 240 POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I. P. PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE OFICIAL DE REGISTOS.

Aviso de abertura n.º 11830-B/2023, publicado no Diário da República n.º 119/2023, II Série, 1º Suplemento, de 21.06.2023.

ENUNCIADO PROVA DE CONHECIMENTOS

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Dia 28 de dezembro de 2023

1) In the Portuguese legal system:

- a) International law has a legal value higher than the Constitution;
- b) International law has a legal value lower than the law;
- c) International law is applicable under different conditions depending on the source;
- d) None of the above.

2) A Regulation of the European Union:

- a) Is directly applicable in the Portuguese legal system, once published and in force, although some of its rules might be dependent on delegated acts.
- b) Is directly applicable unless it depends entirely on the approval of delegated acts.
- c) Is not directly applicable, depending on national transposition law.
- d) None of the above.

3) The Portuguese public administration:

- a) Must directly apply constitutional norms when ordinary law is in contradiction;
- b) Must disregard a law when it considers that it is materially unconstitutional;
- c) Might disregard a law when it considers that it is organically unconstitutional;
- d) None of the above.

4) O procedimento administrativo:

- a) Inicia-se e extingue-se por iniciativa do particular.

- b) Inicia-se e extingue-se por iniciativa da administração.
- c) Extingue-se por desistência ou renúncia do interessado, salvo se a administração entender que o procedimento deve prosseguir.
- d) Nenhuma das anteriores.

5) Um ato administrativo pode ser revogado:

- a) Caso a administração detete a existência de alguma causa de invalidade;
- b) Apenas quando tenha sido feita uma reserva de revogação;
- c) Apenas no prazo de um ano a contar da notificação ao(s) interessado(s).
- d) Quando haja uma alteração objetiva das circunstâncias de facto, em face das quais o ato não poderia ter sido praticado.

6) A, usufrutuário vitalício de determinado prédio, trespassou o seu direito a B definitivamente, tendo este, por sua vez, hipotecado o mesmo direito de usufruto a favor de C. Ocorrendo, entretanto, a morte do A, que se passa com a hipoteca?

- a) Subsiste até à morte do B, por ser nesta data que se extingue o usufruto.
- b) Passa a exercer-se sobre o prédio.
- c) Extingue-se, por efeito da extinção do usufruto por morte do A.
- d) Extingue-se, por efeito da extinção da obrigação a que serve de garantia.

7) Os direitos reais:

- a) Estão sujeitos a um princípio de tipicidade quanto ao modo da sua constituição;
- b) Estão sujeitos a um princípio de tipicidade quanto ao modo da sua extinção;
- c) Estão sujeitos a um princípio de tipicidade quanto ao modo da sua constituição bem como quanto aos concretos direitos que podem ser constituídos.
- d) Estão sujeitos a um princípio de tipicidade quanto aos concretos direitos que podem ser constituídos, mas não quanto ao modo da sua constituição.

8) A é proprietário dos prédios X e Y, ambos rústicos e aptos para cultura e confinantes entre si. Qualquer dos prédios tem superfície inferior à unidade de cultura fixada para a zona do País em que os prédios se situam, mas a respetiva soma atinge essa unidade. O A e o B projetam celebrar contrato de compra e venda do prédio Y, mediante escritura pública. O prédio Y confina com prédio propriedade do B.

Existe fundamento para que o Notário recuse a celebração da escritura?

- a) Não, porque não pode ser tida em conta a área do prédio confinante;

- b) Sim, porque a transmissão provoca a eliminação da unidade de cultura formada pelo conjunto dos prédios X e Y;
- c) Não, porque o ato é meramente anulável;
- d) Não, porque o prédio Y confina com prédio rústico apto para cultura propriedade de B.

9) Eduardo e Fernando ajustaram entre si a compra e venda de apartamento de que o primeiro é proprietário em Tavira.

O comprador, Fernando, conclui que, por motivo de força maior, não poderá estar presente na data marcada para a celebração da escritura pública que formalizará o negócio, e Gustavo, seu irmão, oferece-se para ser ele a intervir no ato em sua representação, como gestor de negócios. Tanto o vendedor Eduardo como o notário foram informados com a devida antecedência da substituição da pessoa do vendedor, não tendo levantado qualquer objeção.

A escritura de compra e venda veio efetivamente a ser outorgada por Eduardo, vendedor, e Gustavo, na qualidade indicada.

O negócio celebrado não se tornará eficaz em relação ao dono do negócio/comprador:

- a) Se decorrer mais de um ano sobre a data da compra e venda sem que por ele tenha sido ratificada;
- b) Se decorrerem mais de seis meses sobre a data da compra e venda sem que por ele tenha sido ratificada.
- c) Se decorrerem mais de três meses sobre a data da compra e venda sem que por ele tenha sido ratificada.
- d) Se a ratificação não for feita dentro do prazo que o vendedor tenha fixado para o efeito.

10) O maior que, por motivos de saúde, se encontre impossibilitado de pessoalmente, conscientemente e plenamente cumprir os seus deveres, assim como de, nos mesmos termos, exercer os seus direitos, pode beneficiar de medidas de acompanhamento.

O acompanhamento:

- a) É decidido pelo Ministério Público.
- b) Pode ser requerido por qualquer parente sucessível do acompanhando, sendo irrelevante o assentimento deste.

- c) É objeto de decisão judicial, na qual se nomeia o acompanhante e se definem as medidas que concretamente o densificam.
- d) Pode ser requerido pelo cônjuge e dois parentes sucessíveis do acompanhando, caso em que se dispensa a autorização deste.

11) Aurora quer fazer doação a Alberto, seu pai, de apartamento de que é proprietária, com estipulação de que o conserve para que, por morte de Alberto, reverta para Elisa, filha menor de Aurora.

É lícita a estipulação da referida reversão?

- a) Não, porquanto a lei não admite a estipulação da reversão senão a favor do próprio doador.
- b) Não, porquanto a beneficiária da reversão é menor.
- c) Não, porquanto uma tal estipulação limita intoleravelmente a liberdade de Alberto de dispor do bem, sendo por isso nula.
- d) Sim, correspondendo ao estabelecimento de um fideicomisso.

12) De escritura de compra e venda celebrada entre o Município A, a vender, e B, a comprar, ficou convencionado que o A tem direito de reversão, se a obra não for concluída dentro de determinado prazo. Essa convenção configura a natureza de:

- a) Condição resolutiva.
- b) Condição suspensiva.
- c) Estipulação de termo resolutivo.
- d) Estipulação meramente obrigacional.

13) A constituição das associações produz todos os seus efeitos, quer entre as pessoas outorgantes do ato constitutivo, quer em relação a todos os terceiros:

- a) Pela inscrição no Fichero Central de Pessoas Coletivas;
- b) Pelo registo na conservatória;
- c) Com a celebração, por meio legalmente admitido, do ato constitutivo;
- d) Com a publicação do ato constitutivo e dos estatutos.

14) Amália e Bruno, com as idades de 51 e 59 anos, respetivamente, têm dois filhos comuns. Tendo decidido casar segundo o regime da separação de bens, dirigem-se ao Cartório Notarial a fim de celebrarem a necessária convenção antenupcial. Uma vez lá, manifestam os nubentes a intenção de no documento fazerem incluir

a estipulação de que, no caso de extinção do casamento por morte de um deles ou divórcio, contanto que ao tempo existam netos comuns, a partilha se faça de acordo com as regras do regime da comunhão geral.

Pode a pretensão dos nubentes, quanto à inclusão da cláusula adicional, nos precisos termos enunciados, ser atendida?

- a) Não, uma vez que a estipulação adicional fere o princípio da imutabilidade do regime de bens.
- b) Não, porquanto uma tal estipulação só seria permitida se o casamento ficasse subordinado ao regime da comunhão de adquiridos.
- c) Não, porquanto uma tal estipulação só seria lícita se se fizesse depender da existência, ao tempo da dissolução do casamento, de filhos comuns.
- d) Não, porquanto uma tal estipulação só seria lícita caso ela se fizesse depender da dissolução do casamento unicamente por morte de um dos cônjuges.

15) No dia 01/07/2021 foi declarado na conservatória do registo civil, sem que a declaração fosse prestada por algum dos progenitores, o nascimento de Zacarias, ocorrido em 24/06/2021. Porque o declarante desconhecesse quem fossem os progenitores, a filiação, no registo de nascimento, ficou omissa.

Entretanto, em setembro de 2021, Antunes perfilhou Zacarias, averbando-se a paternidade assim estabelecida ao assento de nascimento.

Felismina, que é a mãe da criança, divorciara-se de Flávio em 2018, e contraiu novas núpcias com Gualter em março de 2022, com quem se mantém casada.

Pode Felismina, em face dos dados enunciados, fazer hoje no registo civil a declaração de maternidade, e assim estabelecer o correspondente vínculo de filiação em relação a Zacarias?

- a) Não, visto Felismina ser atualmente casada com homem diferente do pai estabelecido.
- b) Não, porque, estando averbada a perfilhação, a maternidade só poderá estabelecer-se com o consentimento do pai, ou dos seus herdeiros.
- c) Sim, pode.
- d) Não, porque, tendo decorrido mais de dois anos sobre o nascimento, a maternidade só pode ser estabelecida na competente ação judicial de investigação.

16) André, no testamento que fez em maio de 2017, além de instituir vários legados, fez consignar declaração de perfilhação de Bruna. Alguns meses

volvidos, André fez novo testamento revogando o primeiro. André falece em 2021, quando Bruna, pessoa plenamente capaz de se governar a si própria, tem 23 anos.

Em face dos dados enunciados:

- a) A perfilhação ficou sem efeito, atingida que foi pela revogação do testamento que a contém;
- b) A perfilhação não foi prejudicada pela revogação do testamento que a contém, podendo a filiação paterna, com base em tal documento, ficar imediatamente estabelecida, com plena eficácia, no registo civil.
- c) A perfilhação não foi prejudicada pela revogação do testamento que a contém, mas ela só produz efeitos desde que a perfilhada, Bruna, a ela dê o seu assentimento em documento particular com reconhecimento presencial da sua assinatura.
- d) A perfilhação não foi prejudicada pela revogação do testamento que a contém, mas ela só produz efeitos desde que a perfilhada, Bruna, a ela dê o seu assentimento através de declaração prestada perante o funcionário do registo civil ou por documento autêntico ou autenticado.

17) Helga e Venâncio, casados no regime da comunhão de adquiridos (CCivil, arts. 1721.º e ss.), compraram em 2012 um apartamento no Algarve. Em 2017, Helga fez testamento no qual declarou deixar à sobrinha Joana aquele mesmo apartamento. A disposição foi autorizada pelo marido, que para o efeito interveio no testamento. Helga faleceu em 2021 e Venâncio em 2022, um e outro deixando como únicos herdeiros os dois filhos comuns. Joana, tendo aceitado a deixa do imóvel, feita por Helga, afirma-se sua proprietária e, nessa qualidade, reclama dos herdeiros as respetivas chaves. Os herdeiros recusam, alegando que o mais a que Joana pode ter direito é a exigir que lhe seja entregue o valor do apartamento em dinheiro.

Quid iuris?

- a) Joana tem direito ao apartamento, e, portanto, a que as respetivas chaves lhe sejam entregues, visto que a deixa especificada, feita por Helga, foi autorizada por seu marido Venâncio;
- b) Os herdeiros têm razão, visto que o apartamento só poderia ser exigido em espécie, pela contemplada, se a isso os herdeiros se não opusessem.
- c) Joana não tem direito nem ao apartamento nem ao seu valor em dinheiro, uma vez que a deixa de bem certo e determinado do património comum, feita a terceiro por um dos cônjuges, ofende o princípio da imutabilidade do regime de bens, sendo assim nula e de nenhum efeito.

- d) Os herdeiros têm razão, visto que a intervenção do cônjuge da testadora no testamento desta se deve ter por inexistente, uma vez que o testamento é um negócio estritamente unipessoal.

18) Jorge e Filipe são casados no regime da comunhão de adquiridos. Do património comum, como bens de maior vulto económico, fazem parte vários imóveis. Entretanto, os pais de Jorge doaram-lhe um apartamento situado em zona nobre de Lisboa.

Jorge, querendo aproveitar a conjuntura favorável do mercado imobiliário, decide vender o apartamento recebido de seus pais. Em tempos, o marido, Filipe, por meio de documento que satisfaz a forma legalmente exigida, fez consignar declaração a autorizar Jorge a dispor de todos os imóveis próprios ou comuns que lhe apossasse.

Estão reunidas as condições para Jorge poder validamente vender o apartamento, tendo em conta a verificação dos dados enunciados?

- a) Sim, porquanto assim como Jorge não precisou do consentimento do marido para aceitar a doação do apartamento, assim também não precisará do consentimento do marido para alienar o bem desse modo adquirido.
- b) Não, porque a autorização conjugal não pode ter carácter genérico.
- c) Sim, porque, tratando-se de bem próprio de Jorge, a sua alienação não depende do consentimento do cônjuge.
- d) Sim, porque Filipe prestou consentimento à alienação quer de bens próprios quer de bens comuns, e é esse o alcance que a lei impõe ao consentimento conjugal como requisito da sua validade substantiva.

19) Como se constitui o vínculo de adoção?

- a) Por despacho do conservador.
- b) Por despacho do Ministro da Justiça.
- c) Por sentença judicial.
- d) Por decisão da Segurança Social.

20) Pedro encontra-se emigrado no Canadá e vai casar com João, em Lisboa. Devido a compromisso profissional inadiável, Pedro conclui ser-lhe impossível deslocar-se a Lisboa na data agendada para a cerimónia. Pode o João, não vindo a Lisboa, contrair o projetado casamento?

- a) Pode, desde que se desloque aos serviços consulares portugueses no Canadá e aí preencha o impresso de modelo aprovado.

- b) Pode, fazendo-se representar por procurador com poderes especiais.
- c) Não pode, uma vez que o casamento exige imperativamente a presença de ambos os nubentes.
- d) Pode, uma vez que, nos termos da lei, a celebração do contrato de casamento pode ter lugar com a presença de só um dos nubentes (neste caso, o João), ficando o outro (neste caso, o Pedro) com o direito potestativo de, com eficácia retroativa, ratificar o ato no prazo de seis meses.

21) Anne, de nacionalidade belga e ruandesa, e Abel, de nacionalidade portuguesa, vão casar em Sidney, Austrália, no primeiro trimestre de 2024. Anne vive em Singapura, onde há anos trabalha na área financeira, e Abel estabeleceu-se em Díli, Timor-Leste, em 2016, aí exercendo medicina. Conheceram-se na Tailândia no final de 2021, onde desde então se vêm reencontrando em férias e, de quando em vez, em fins de semana. A afeição de ambos pela Tailândia levou-os a tomar a firme resolução de, logo após o casamento, fixarem nesse país a residência do casal, tendo para o efeito já negociado o arrendamento, a iniciar nessa altura, de uma moradia.

Os esposos pretendem definir as regras pelas quais se hão de reger as futuras relações patrimoniais do casamento designando como aplicável a lei dum determinado Estado. Que lei(s) pode(m) escolher?

- a) A lei de qualquer país.
- b) A lei da Austrália ou da Tailândia.
- c) A lei da Tailândia, de Portugal, da Bélgica, de Singapura ou de Timor-Leste.
- d) A lei de Portugal, da Bélgica, do Ruanda, de Singapura ou de Timor-Leste.

22) Pedro e Glória, ambos de nacionalidade portuguesa, vão casar. Pedro reside na Suécia e Glória em Marrocos. Pretendem designar como lei aplicável à regulação das relações patrimoniais do seu casamento a lei de Marrocos. Encontrando-se ambos em Estocolmo, aí celebram o acordo de escolha de lei através de documento escrito assinado por ambos, sem intervenção de qualquer autoridade pública, tal como o permite a lei sueca. Do ponto de vista da forma, esta *professio iuris* é:

- a) Inválida, porque a lei portuguesa exige que um tal documento revista a forma de documento autêntico;
- b) Inválida, porque a lei portuguesa exige que um tal documento tenha de constar, no mínimo, de documento particular autenticado.

- c) Inválida, porque a lei marroquina faz depender de intervenção notarial a validade do acordo que designe as suas próprias normas sobre regimes de bens.
- d) Válida, porque os requisitos estabelecidos pela lei sueca foram observados.

23) Amélia e Bernardo, ambos de nacionalidade portuguesa, casaram em Paris, França, em 2020, no Consulado de Portugal, sem terem designado a lei aplicável ao regime matrimonial. Ao tempo do casamento ambos os nubentes residiam em Roterdão, nos Países Baixos, em apartamento por ambos comprado em 2018, mas, logo após a lua de mel, por razões profissionais, estabeleceram residência em Genebra, na Suíça.

Que lei regula as relações patrimoniais dos cônjuges?

- a) A lei portuguesa, por ser a lei da nacionalidade comum.
- b) A lei francesa, por ser a lei do local da celebração.
- c) A lei dos Países Baixos, por ser a da residência habitual comum à data do casamento.
- d) A lei da Suíça, por ser a da primeira residência habitual comum após a celebração do casamento.

24) Bruno, de nacionalidade portuguesa e residente habitualmente em Portugal, falece intestado, em 2019, no estado de casado com Carlota, sob o regime da separação de bens, deixando cinco filhos, Dionísio, Eduarda, Florbela, Guilhermina e Hélia.

Diga quem são os herdeiros de Bruno e qual a quota hereditária a que cada um tem direito:

- a) São herdeiros os cinco filhos, que sucedem em partes iguais.
- b) São herdeiros o cônjuge sobrevivente e os cinco filhos sucedendo cada um em partes iguais.
- c) São herdeiros o cônjuge sobrevivente, que tem direito a $\frac{1}{4}$ da herança, e os cinco filhos, que têm direito, em partes iguais, aos restantes $\frac{3}{4}$.
- d) São herdeiros o cônjuge sobrevivente, que tem direito a $\frac{1}{2}$ da herança, e os cinco filhos, que têm direito, em partes iguais, à restante $\frac{1}{2}$.

25) Amália faleceu em 2020. Fez testamento cerrado no qual deixou ao sobrinho Belarmino a “Quinta do Limoeiro”, com a proibição de a alienar por qualquer modo, tanto *inter vivos* como *mortis causa*.

A referida deixa, à luz da lei sucessória portuguesa, é:

- a) Inteiramente nula.

- b) Nula na parte em que proíbe o Belarmino de alienar a 'Quinta' por disposição mortis causa.
- c) Nula na parte em que proíbe o Belarmino de alienar a 'Quinta' por ato entre vivos.
- d) Válida.

26) Bernd, de nacionalidade alemã, faleceu no Algarve em 2022, onde residia em permanência há mais de uma década, sem que tivesse escolhido a lei aplicável à sua sucessão. Deixou bens imóveis situados em Portugal, Alemanha e Espanha. Os sucessores pretendem obter a emissão de certificado sucessório europeu a fim de, com base em tal documento, inscreverem a favor deles, no registo predial dos países da sua localização, os referidos imóveis.

Perante as autoridades de que Estado(s) cabe requerer a emissão do dito certificado?

- a) Perante as autoridades competentes de Portugal, Espanha ou Alemanha, conforme a conveniência dos sucessores interessados.
- b) Perante as autoridades competentes de qualquer Estado-membro da União Europeia.
- c) Perante as autoridades competentes do Estado português.
- d) Perante as autoridades de qualquer Estado-membro vinculado pelo Regulamento (UE) n.º 650/2012, de 4-7.

27) A sociedade "X, Lda." tem três sócios, António, Bernardo e Carla, que nomearam para administrá-la um único gerente, Dário. Os sócios deliberaram vender um imóvel do património social. Na escritura de venda, em representação da sociedade, intervirá (ão):

- a) Apenas os sócios;
- b) Todos os sócios e o gerente;
- c) O gerente e um sócio.
- d) Apenas o gerente.

28) Uma deliberação social que seja nula por ter sido tomada em assembleia geral não convocada:

- a) Não pode em circunstância alguma ser renovada por nova deliberação;
- b) Pode ser renovada por nova deliberação, mesmo com eficácia retroativa, salvaguardados os direitos de terceiros.
- c) Pode ser renovada por nova deliberação com eficácia retroativa absoluta.

- d) Pode ser renovada por nova deliberação com eficácia retroativa absoluta, contanto que esta seja aprovada no prazo máximo de um ano a contar da data da aprovação da deliberação nula renovada.

29) António é sócio e gerente da sociedade “X, Lda.”. António acordou com Bernardo, não sócio, vender-lhe a quota que tem na sociedade. Por mero efeito da transmissão da quota, e nada dispondo o contrato social sobre a matéria (que estipulasse, por exemplo, que as funções de gerente estão reservadas a sócios):

- a) António perderá necessariamente a qualidade de gerente.
- b) António não perderá a qualidade de gerente.
- c) António cessará necessariamente as funções de gerente, dado que a gerência que vinha exercendo se transmite para o Bernardo com a transmissão da quota.
- d) António não cessará as funções de gerente, mas Bernardo será automaticamente investido nessas mesmas funções.

30) A sociedade X, Lda., tem três gerentes, António, Brígida e Carolina. O contrato social inclui cláusula estipulando que as notificações dirigidas à sociedade, para serem eficazes, têm de ser dirigidas a pelo menos dois gerentes. Esta cláusula:

- a) É válida;
- b) É válida, mas carece de ser mencionada no registo do contrato social para ser eficaz em relação a terceiros;
- c) É válida, mas não é oponível a terceiros.
- d) É nula.

31) Armanda, que se dedica à atividade da construção civil por conta própria, decidiu passar a desenvolver a atividade através da constituição de uma sociedade unipessoal por quotas. Armanda tem dois irmãos, Bruno e Clara, com quem já conversou no sentido de, num futuro breve, passarem a integrar a sua sociedade, a qual consequentemente, nessa altura, deixará de ter natureza unipessoal. Considerando o plano definido, é pretensão de Armanda que, no ato constitutivo da sociedade unipessoal, a ela própria, sócia única, fiquem a pertencer três quotas de valor igual de €1.000,00, duas das quais, no momento oportuno, cederá aos referidos irmãos.

Pode a pretensão da Armanda ser atendida?

- a) Não.
- b) Pode, uma vez que está observado o requisito da unipessoalidade.

- c) Pode, desde que no ato constitutivo se estabeleça o prazo, não superior a um ano, em que a cessão de duas das quotas se formalizará.
- d) Pode, uma vez que se fica ainda aquém do número de quotas de que um sócio pode ser titular.

32) A sociedade “XYZ, S.A.”, com sede em Lisboa, pretende constituir três sociedades unipessoais por quotas, sediadas em Braga, Aveiro e Faro. O objeto social das sociedades, quer da constituinte, quer daquelas a constituir, é diverso. Permite a lei que a sociedade “XYZ, S.A.” constitua as referidas novas sociedades?

- a) Não, porque uma pessoa coletiva só pode ser sócia de uma sociedade unipessoal por quotas.
- b) Não, porque está vedado a uma sociedade anónima constituir sociedades unipessoais por quotas.
- c) Não, porquanto a uma sociedade anónima só é lícito constituir sociedades unipessoais por quotas cujo objeto seja igual ao seu.
- d) Sim, permite.

33) Alvim e Benilde, irmãos, têm uma empresa familiar que se dedica à confeção de cortinados. Contatam Cremilde, que vem trabalhando na mesma área de atividade, para se juntar ao seu projeto empresarial. O plano que lhe comunicam é o de para o efeito formalizarem a constituição de uma sociedade por quotas, em que a cada sócio corresponderá uma quota de €1.000,00. Cremilde mostra-se reticente. Alvim e Benilde procuram convencê-la dizendo-lhe que eles próprios, enquanto sócios da nova sociedade, e nos termos de cláusula contratual expressa, responderão pessoalmente perante os credores sociais até ao montante correspondente ao dobro do valor nominal da participação social de que em cada momento sejam titulares.

A responsabilização pessoal prefigurada por Alvim e Benilde, à face da lei, é de admitir?

- a) Sim.
- b) Não, porque a estipulação da responsabilidade pessoal dos sócios perante os credores sociais só é admitida desde que o seu limite seja fixado em montante igual ou inferior ao do valor nominal da quota;
- c) Não, porque a estipulação da responsabilidade pessoal dos sócios perante os credores sociais só é admitida desde que vincule todos os sócios, e, portanto, também a Cremilde.

- d) Não, porque a estipulação da responsabilidade pessoal dos sócios perante os credores sociais ofende disposição legal imperativa.

34) A sociedade «Lislina, Lda.», cujo objeto é a construção civil e a limpeza florestal, exerce, efetivamente, a atividade de limpeza florestal. Pretendendo a mesma sociedade adquirir uma quota na sociedade «Lenalis, Lda», cujo objeto é constituído pela limpeza florestal, essa aquisição:

- a) Tem de constar autorizada no contrato da sociedade adquirente;
- b) Na falta da autorização do contrato da sociedade adquirente, tem de ser deliberada pelos respetivos sócios;
- c) Só depende de autorização do contrato de sociedade adquirente ou de deliberação dos respetivos sócios, se o contrato assim o dispuser;
- d) Está legalmente impedida.

35) Consistindo a função essencial do Registo Nacional de pessoas Coletivas organizar e gerir o ficheiro central de pessoas coletivas, deverá o início de atividade de comerciante individual constar do referido ficheiro?

- a) Não, por ser facto não respeitante a pessoas coletiva;
- b) Não, pois do exercício individual da atividade comercial não resulta a criação de uma outra personalidade jurídica, diversa da desse indivíduo;
- c) Sim, porque o âmbito legal dos factos sujeitos a inscrição naquele ficheiro não está subjetivamente limitado aos factos respeitantes a pessoas coletivas;
- d) Sim, dada a autonomia patrimonial do resultado da atividade comercial.

36) O trabalho em funções públicas:

- a) É prestado por uma pessoa singular a um empregador público sempre de forma subordinada;
- b) É prestado por uma pessoa singular a um empregador público sempre através de nomeação;
- c) Não pode ser prestado na modalidade de comissão de serviço.
- d) Pode ser prestado mediante contrato de tarefa;

37) Abel tem 25 anos de tempo de serviço efetivamente prestado como trabalhador da Administração Pública. Desse tempo, 13 anos foram prestados em regime de nomeação, 2 em comissão de serviço e 10 ao abrigo de contrato de trabalho em funções públicas. À luz de tais dados, Abel tem direito a um período de férias anual de:

- a) 22 dias úteis;
- b) 24 dias úteis;
- c) 24 dias úteis + meio dia útil;
- d) 25 dias úteis.

38) No trabalho em funções públicas, a prestação de trabalho na modalidade de meia-jornada:

- a) Tem uma duração mínima de seis meses;
- b) Pode ser requerida por quem tenha filhos com idade inferior a 12 anos, desde que tenha pelo menos 55 anos.
- c) Envolve a redução em metade do período normal de trabalho, com desconto proporcional do tempo de serviço para efeitos de antiguidade.
- d) Pode ser requerida por quem tenha filhos com doença crónica.

39) A carreira de oficial de registos é:

- a) Unicategorial com o grau de complexidade funcional 1.
- b) Pluricategorial com o grau de complexidade funcional 3.
- c) Unicategorial com o grau de complexidade funcional 2.
- d) Pluricategorial com o grau de complexidade funcional 2.

40) Vânia é advogada, vai viajar e apercebeu-se de que o seu passaporte caducou. Assim, no dia 15 de setembro de 2023 dirigiu-se ao posto de registos da Expo, Lisboa, e face ao número de utentes em espera decidiu invocar prioridade no atendimento por ser advogada. Poderá beneficiar duma tal prerrogativa?

- a) Sim, por ser advogada tem prioridade no atendimento
- b) Não pode invocar a prioridade concedida a advogados, porque vai praticar um ato em nome próprio.
- c) Pode invocar a prioridade dos advogados se declarar que precisa do passaporte para atos profissionais
- d) Pode invocar a prioridades dos advogados se comprovar que tem uma audiência judicial marcada para esse mesmo dia.